

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
ANALISTA E TÉCNICO LEGISLATIVO – EDITAL Nº 01/2026
NÍVEL SUPERIOR

01109 – ANALISTA LEGISLATIVO - CONTROLE INTERNO – TIPO B

Frase: Busca por transparência fortalece instituições.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

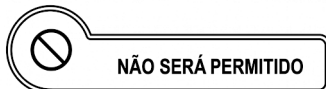
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.



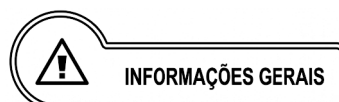
TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e das questões discursivas para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Farmar Aura: Pertencimento e juventude na Era Digital

Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso. Pois bem. A expressão combina um termo usado pelos jogadores ou *gamers* (farmar, vem do verbo em inglês *to farm*, cultivar em uma fazenda, mas nos jogos é usado como sinônimo de acumulação de recursos), somada a uma palavra ligada ao campo do simbólico (aura, ou atmosfera transmitida por alguém), revelando muito mais do que uma simples brincadeira. Ela oferece uma oportunidade para compreendermos como a linguagem se transforma, como os grupos sociais constroem identidades coletivas e como as novas gerações produzem seus próprios códigos culturais.

As gírias podem ser consideradas como sinais de empobrecimento da língua, mas representam um fenômeno complexo e profundamente humano. São manifestações da criatividade linguística, da necessidade de pertencimento e dessa renovação cultural da sociedade. Nas redes digitais, percebe-se o fluxo contínuo de novas palavras, expressões e significados.

Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso. Porque ela não só descreve a realidade, mas participa da sua construção.

O filósofo e teórico russo Mikhail Bakhtin defendia que toda palavra nasce em um contexto social e carrega marcas dos seus interlocutores. Para ele, a linguagem é dialógica, a partir de diferentes vozes, perspectivas e experiências. É necessário compreender quem fala, para quem fala e o contexto da fala. Nenhuma palavra é neutra, todas trazem valores, memórias e significados.

Essa perspectiva nos ajuda a compreender por que as gírias estão sempre surgindo. Elas não são desvios da língua, são criações de novos sentidos para acompanhar os novos tempos e as transformações sociais. Quando jovens utilizam expressões como “farmar aura”, não estão apenas criando uma moda passageira; estão criando um discurso com elementos da cultura digital desse tempo de jogos eletrônicos e das redes sociais; criando expressão que comunicam experiências.

As gírias sempre existiram. Cada geração desenvolveu seu próprio repertório: bacana, legal, maneiro, massa ou irado foram, em algum momento, expressões específicas de grupos e tribos. O que mudou nas últimas décadas foi a velocidade que circulam essas novidades. Antes, uma gíria podia levar anos para se espalhar por uma região ou país, mas atualmente, uma expressão criada no meio virtual pode se difundir em questão de dias.

As plataformas digitais funcionam como laboratórios permanentes de criação linguística. Influenciadores, criadores de conteúdo, jogadores, músicos e usuários comuns produzem diariamente novas palavras que circulam em vídeos, memes, comentários e mensagens instantâneas. As palavras estão vivas, se reinventando a cada geração, ganhando novos significados de acordo com as mudanças culturais e tecnológicas. Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém, e por aí vai. A linguagem contemporânea está rápida e dinâmica, o que reflete a própria velocidade das interações digitais.

Minha compreensão desse fenômeno não vem apenas da leitura de autores que estudam a linguagem. Ela também nasce da convivência cotidiana com meu filho Matias, de 12 anos. Foi por meio dele que ouvi pela primeira vez expressões como “farmar aura” e tantas outras que surgem e desaparecem com rapidez nas redes sociais.

Num primeiro momento, essas expressões podem soar estranhas para quem pertence a outra geração. Porém, ao observá-las mais atentamente, percebi que elas cumprem uma função importante na construção das relações entre os adolescentes. Mais do que palavras, elas representam formas de acolhimento, reconhecimento, pertencimento e compartilhamento de experiências. Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais. Os jovens se identificam entre si, constroem referências comuns e expressam suas vivências nesse mundo conectado virtualmente.

Essa experiência em casa me levou a compreender que, muitas vezes, os adultos podem observar as transformações da linguagem com desconfiança, quando talvez deveriam enxergá-las também como oportunidades para compreender melhor essas novas gerações. Em vez de representar uma ameaça à língua, percebemos que a invenção de novas expressões revela a criatividade e a vitalidade da cultura juvenil.

A linguagem desempenha papel fundamental na adolescência, que é um período marcado pela busca de identidade. Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem. Quando adolescentes utilizam as mesmas gírias, buscam identificação, demonstram familiaridade com um conjunto comum de referências culturais. Funciona como uma espécie de senha simbólica que comunica esse pertencimento a um grupo.

Além disso, as gírias fortalecem vínculos afetivos. Piadas internas, memes e formas específicas de falar criam um sentimento de proximidade que favorece a formação de amizades e comunidades, construindo laços sociais. Entretanto, a linguagem não é apenas um instrumento de integração. Ela também pode produzir distinções e exclusões.

Nesse âmbito, o sociólogo francês Pierre Bourdieu demonstrou que diferentes formas de falar possuem valores distintos dentro da sociedade. Segundo ele, existe aquilo que chamou de capital linguístico: determinadas maneiras de se expressar são mais

valorizadas socialmente do que outras. Essa reflexão ajuda a compreender por que algumas gírias são celebradas enquanto outras são estigmatizadas. Muitas vezes, os julgamentos sobre a linguagem não estão relacionados à qualidade das palavras em si, mas aos grupos sociais que as utilizam.

Ademais, as próprias gírias podem funcionar como mecanismos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo que fortalecem o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham os mesmos códigos, podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece. Assim, a linguagem revela-se um espaço de negociação constante entre identidade, poder e reconhecimento social.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. Segundo Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, as gírias juvenis não devem ser vistas apenas como fenômenos da linguagem, mas como expressões de uma geração que busca interpretar sua realidade e construir formas próprias de comunicação. Ao criar novas palavras, os jovens não estão apenas modificando a língua. Estão também produzindo novas maneiras de compreender suas relações sociais, seus valores e suas experiências no mundo.

As gírias constituem muito mais do que modismos passageiros. Elas revelam processos profundos de transformação cultural, construção de identidade e interação. Expressões como *farmar aura* demonstram como a linguagem acompanha as mudanças tecnológicas e culturais de cada época, incorporando referências dos jogos eletrônicos, das redes sociais e da vida digital. Ao mesmo tempo, mostram como os jovens utilizam a criatividade linguística para fortalecer vínculos, construir pertencimento e expressar novas formas de ver o mundo.

Autores como Bakhtin, Bourdieu e Paulo Freire ajudam a compreender que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.

Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade. Afinal, uma língua viva é aquela que continua sendo criada por seus falantes. E, nesse processo permanente de invenção, cada geração deixa sua marca na história da linguagem.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/farmar-aura-pertencimento-e-juventude-na-era-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2026. Adaptado.

1. A respeito da função coesiva que o termo “segundo” desempenha em 1 e em 2 a seguir, marque a alternativa correta.

“**Segundo**¹ o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. **Segundo**² Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.”

- (A) O termo “segundo” em 1 apresenta função interparagráfica por introduzir a autoridade de Paulo Freire como base argumentativa do texto, enquanto o “segundo” em 2 desempenha função intraparágrafa de retomada anafórica, atuando apenas como recurso de reforço estilístico sem impacto na coesão estrutural do período.
- (B) O termo “segundo” em 1 atua como elemento de coesão intraparágrafa, introduzindo uma moldura enunciativa de autoridade para o enunciado subsequente, enquanto o “segundo” em 2 retoma o mesmo referente no interior do parágrafo, reforçando a coesão interna sem estabelecer conexão interparagráfica relevante.
- (C) O termo “segundo”, em ambos os casos, atua como operador argumentativo de alcance interparagráfico, estabelecendo relação de citação de autoridade que organiza a progressão global do texto, vinculando as informações ao discurso do autor citado e orientando a interpretação de todo o conjunto textual.
- (D) O termo “segundo”, nas duas ocorrências, exerce função exclusivamente referencial, sem valor coesivo, funcionando apenas como marcador de autoria, sem interferir na progressão argumentativa ou na organização sintática do período.
- (E) Os empregos de “segundo” em 1 e em 2 constituem operadores argumentativos de valor interparagráfico, responsáveis por articular blocos textuais distintos e garantir a progressão temática entre parágrafos, funcionando como elementos de retomada e expansão do ponto de vista do autor Paulo Freire.

2. “Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais.”

Desempenha a mesma função sintática do termo realçado anteriormente, o trecho destacado em:

- (A) “[...] mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.”
- (B) “[...] a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas.”
- (C) “E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”
- (D) “[...] podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece.”
- (E) “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

3. Tendo por base a oração “As gírias sempre existiram”, aponte a alternativa correta, dentre os itens a seguir, acerca da norma-padrão do processo de concordância verbal.

- (A) Há de poderem haver sempre gírias.
- (B) Hão de existir sempre gíria.
- (C) Há de haver sempre gírias.
- (D) Há de existirem sempre gírias.
- (E) Hão de haverem sempre gírias.

4. “Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso.”

A respeito das relações sintáticas estabelecidas entre as orações do período antecedente, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “que ela é muito mais do que isso” exerce a função de complemento nominal do substantivo **ideia**, enquanto a oração iniciada por **por mais que** exprime condição.
- (B) A oração “para transmitir informações” subordina-se à oração principal, exprimindo a finalidade da ação de **demonstrar**.
- (C) A oração “que ela é muito mais do que isso” subordina-se diretamente à oração concessiva, estabelecendo com ela uma relação de conclusão.
- (D) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” completa o sentido do substantivo **ideia**, integrando a oração concessiva; por sua vez, a oração reduzida “para transmitir informações” exprime a finalidade atribuída ao termo **instrumento** mencionado na oração anterior.
- (E) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” subordina-se diretamente à oração principal, exercendo a função de objeto direto do verbo **existir**.

5. “Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”

Acerca da formação do vocábulo farmar, é correto afirmar que:

- (A) O vocábulo farmar resulta de um processo de lexicalização de um empréstimo linguístico, em que uma base inglesa é integrada ao sistema verbal do português por adaptação morfológica, constituindo, assim, um neologismo lexical.
- (B) O vocábulo farmar exemplifica um caso de hibridismo, uma vez que resulta da combinação de elementos pertencentes a línguas distintas na formação de uma única palavra.
- (C) O emprego de farmar caracteriza um processo de siglificação, pois transforma uma unidade lexical estrangeira em uma forma pronunciável e adaptada ao português.
- (D) O vocábulo farmar constitui um neologismo lexical e semântico, pois, além de introduzir uma nova unidade vocabular no português, amplia o significado já existente do radical farm-, adaptando-o ao contexto dos jogos eletrônicos.
- (E) No contexto em que é empregado, farmar exemplifica um caso de braquissmia contextual, pois seu significado é recuperado pela situação comunicativa, correspondendo ao sentido originalmente atribuído ao verbo no inglês.

6. “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

Atente-se à estrutura da palavra vitalidade para indicar o item correto a seguir.

- (A) O fenômeno da alomorfia em *vitalidade* ocorre no radical vit-, que se expande para vital- em razão de interferência morfofonológica condicionada pelo sufixo -idade, caracterizando um ajuste sonoro entre base e afixo na formação do vocábulo.
- (B) O sufixo -idade é um alomorfe de -al, pois ambos atuam na derivação de palavras abstratas, sendo responsáveis pela transposição de substantivos em adjetivos por meio de adaptação fonológica regressiva.
- (C) A palavra *vitalidade* resulta de um processo de aglutinação, no qual ocorre apagamento de segmentos intermediários, por interferência morfofonológica e consequente reorganização do radical lexical.
- (D) A palavra *vitalidade* apresenta estabilidade morfológica na base lexical em relação à raiz vid- e não alomorfia, pois o radical vit- mantém sua forma invariável em todas as derivações do português, como se observa em *vitalismo* e *vitalina*.
- (E) O segmento -al- em *vitalidade* constitui um alomorfe do sufixo -idade, uma vez que ambos exercem a função de derivar substantivos abstratos a partir de bases adjetivais, havendo redução morfofonológica do sufixo em contextos específicos.

7. “Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem.”

Como em “a qual grupo pertencem”, a relação regencial também respeita a norma-padrão na alternativa:

- (A) O cargo que ele mais aspirava acabou sendo ocupado por outro candidato.
- (B) A cidade na qual chegaram estava sem iluminação pública.
- (C) Seus relatos implicam em que circunstâncias tudo ocorreu.
- (D) A moça a cuja mãe me referi foi minha aluna.
- (E) O projeto que mais confiávamos foi arquivado antes da votação.

8. “Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém.”

Acerca da estrutura sintática das orações do período em voga, marque a alternativa correta.

- (A) As construções “rejeitar publicamente alguém”, “espalhar um conteúdo rapidamente na internet” e “investigar as redes sociais de alguém” exercem função de objeto direto oracional dos verbos “virar” e “ser”, por ter função integrante próprias de complementos.
- (B) Os infinitivos presentes no trecho introduzem orações subordinadas substantivas subjetivas reduzidas de infinitivo.
- (C) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem simultaneamente as funções de sujeito e de predicativo do sujeito, em razão de sua natureza nominal.
- (D) A substantivação do infinitivo impede que ele mantenha propriedades verbais, razão pela qual os termos “alguém”, “um conteúdo” e “as redes sociais de alguém” não exercem função sintática em relação aos infinitivos.
- (E) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem a função de sujeito das respectivas orações, ao passo que os infinitivos “rejeitar”, “espalhar” e “investigar” são os núcleos das orações reduzidas de infinitivo que exercem a função de predicativo do sujeito.

9. O segmento I destacado abaixo pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática: **C = Z N E O**.

I. [...] o educador brasileiro Paulo Freire também oferece contribuições valiosas para essa discussão.

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente os elementos sintáticos, respectivamente, do segmento destacado no período II a seguir:

II. [...] Resolveram os alunos as questões?

- (A) C = N Z E O.
- (B) C = Z N O E.
- (C) C = N Z O E.
- (D) C = N O Z E.
- (E) C = Z O N E.

10. A partir das funções desempenhadas pelos grupos da sintaxe, indique a alternativa em que esteja corretamente indicado como a estrutura sintática canônica seguinte deve ser representada graficamente.

“[...] gírias fortalecem vínculos afetivos.”

- (A) ◆ ← ● ← ★ ← ◎
- (B) ◎ ← ★ → ● ← ◆
- (C) ★ ← ◎ → ● ← ◆
- (D) ◎ → ★ ← ● ← ◆
- (E) ◎ → ★ → ● ← ◆

Noções de Informática

11. Uma equipe administrativa de um órgão público mantém documentos institucionais armazenados em uma estrutura hierárquica de diretórios compartilhados. Para facilitar o acesso a relatórios frequentemente utilizados, os servidores criam atalhos em diferentes locais do sistema operacional, evitando a duplicação desnecessária de arquivos e reduzindo o consumo de espaço de armazenamento.

A organização adequada de arquivos, pastas e atalhos constitui uma prática essencial para a gestão eficiente da informação em ambientes computacionais. Em sistemas operacionais modernos, a distinção entre o objeto original e os mecanismos de acesso a ele influencia diretamente atividades de armazenamento, movimentação e manutenção de documentos.

Considerando os conceitos de arquivos, diretórios e atalhos em sistemas operacionais Windows e Linux, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada ao uso de atalhos.

- (A) Um atalho corresponde a um arquivo executável autônomo capaz de reconstruir integralmente o conteúdo do recurso associado quando este for removido.
- (B) Um atalho consiste em um elemento de referência que aponta para um objeto existente, permitindo acesso ao recurso sem representar uma cópia integral de seu conteúdo.
- (C) Um atalho corresponde a uma réplica sincronizada do arquivo original, preservando permanentemente os dados mesmo após a exclusão do recurso referenciado.
- (D) Um atalho representa um diretório especial utilizado para armazenar versões históricas de documentos, mantendo independência em relação ao arquivo associado.
- (E) Um atalho constitui um mecanismo de compactação automática que reduz o tamanho do arquivo original sem alterar sua localização lógica no sistema.

12. A transformação digital dos serviços públicos tem ampliado o uso de documentos eletrônicos assinados digitalmente. Em processos administrativos eletrônicos, contratos, pareceres técnicos e despachos podem ser assinados e armazenados digitalmente, reduzindo custos operacionais e aumentando a rastreabilidade dos atos administrativos. Para que tais documentos possuam validade jurídica e técnica, mecanismos criptográficos são empregados para garantir propriedades específicas de segurança da informação. Considerando os conceitos de assinatura digital e os princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade técnica proporcionada pelo mecanismo de assinatura digital em um documento eletrônico.

- (A) Eliminar a necessidade de mecanismos complementares de autenticação em sistemas corporativos que utilizem certificados digitais.
- (B) Garantir que o conteúdo permaneça armazenado em ambiente criptografado, independentemente do sistema utilizado para sua transmissão ou arquivamento.
- (C) Possibilitar a verificação da autoria e da integridade do documento, permitindo identificar alterações realizadas após o processo de assinatura.
- (D) Assegurar que somente usuários previamente autorizados consigam visualizar o documento, mesmo quando armazenado em repositórios públicos.
- (E) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por meio da aplicação automática de controles de acesso baseados em certificados.

13. Em processos de inteligência organizacional, planilhas eletrônicas são frequentemente utilizadas para consolidar informações provenientes de múltiplas fontes de dados. No ambiente corporativo e governamental, tornou-se comum a importação de conjuntos de dados externos, seguida de operações de transformação, classificação, filtragem e análise automatizada. As versões mais recentes do Microsoft Excel incorporam recursos capazes de estabelecer conexões com arquivos, bancos de dados, páginas web e outros repositórios, permitindo a atualização periódica das informações sem necessidade de redigitação manual.

Considerando os recursos de obtenção e tratamento de dados disponíveis no Microsoft Excel M365, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada à importação de dados externos para uma planilha.

- (A) A classificação de registros importados somente pode ser realizada após a conversão integral dos dados em tabelas dinâmicas vinculadas à fonte original.
- (B) A importação de dados externos converte automaticamente todas as informações obtidas em valores estáticos, impossibilitando qualquer atualização posterior da origem consultada.
- (C) A obtenção de dados externos exige que todas as informações sejam previamente convertidas para o formato XLSX, independentemente da tecnologia utilizada na origem.
- (D) A atualização de dados provenientes de fontes externas depende exclusivamente da execução de macros VBA, não podendo ser realizada por recursos nativos da plataforma.
- (E) A conexão com fontes externas permite recuperar dados periodicamente a partir da origem configurada, preservando regras de transformação definidas durante o processo de importação.

14. A utilização de serviços digitais no setor público e privado depende do funcionamento integrado de diversos protocolos da Internet. Embora o usuário normalmente interaja apenas com navegadores e páginas web, existe uma infraestrutura lógica responsável pela localização de recursos, estabelecimento de conexões e transferência segura de informações entre dispositivos distribuídos em diferentes redes.

Durante o acesso a um portal institucional por meio do endereço eletrônico <https://www.exemplo.gov.br>, diferentes componentes participam do processo de localização e disponibilização do conteúdo solicitado ao usuário. Considerando os conceitos de URL, protocolos e serviços da Internet, assinale a alternativa que apresenta corretamente a função associada a um desses componentes.

- (A) O hiperlink representa um protocolo de comunicação responsável pelo transporte dos dados entre dispositivos conectados à Internet.
- (B) O domínio presente no endereço eletrônico corresponde ao mecanismo responsável por criptografar os dados transmitidos entre o navegador e o servidor remoto.
- (C) O protocolo HTTPS atua como um serviço de resolução de nomes, convertendo automaticamente domínios da Internet em endereços físicos de armazenamento.
- (D) A URL identifica um recurso disponível na rede e pode incluir informações como protocolo de acesso, domínio e localização específica do conteúdo solicitado.
- (E) O navegador substitui integralmente os serviços de rede durante a navegação, assumindo as funções de resolução de nomes e hospedagem das páginas acessadas.

15. A adoção de soluções baseadas em inteligência artificial tem se expandido em órgãos públicos de diferentes esferas governamentais. Ferramentas capazes de gerar textos, resumir documentos, apoiar pesquisas e auxiliar na análise de informações vêm sendo utilizadas para aumentar a produtividade e apoiar atividades administrativas. Nesse contexto, a qualidade dos resultados produzidos por sistemas de IA generativa está diretamente relacionada à forma como as instruções são fornecidas ao modelo.

Considerando os conceitos básicos de inteligência artificial generativa e as técnicas de elaboração de prompts, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica associada à construção de instruções eficazes para obtenção de respostas mais aderentes ao objetivo pretendido.

- (A) A definição clara do contexto, da tarefa esperada e do formato desejado para a resposta tende a aumentar a precisão dos resultados produzidos pelo sistema.
- (B) A utilização exclusiva de comandos extremamente curtos reduz a necessidade de interpretação do sistema e garante uniformidade dos resultados produzidos.
- (C) A repetição sucessiva da mesma instrução substitui a necessidade de detalhamento dos requisitos e assegura respostas equivalentes em diferentes cenários.
- (D) A formulação de solicitações genéricas elimina ambiguidades de interpretação e favorece a produção de conteúdos especializados e contextualizados.
- (E) A especificação de restrições e critérios de saída reduz a capacidade de processamento do modelo e compromete a qualidade das respostas geradas.

Legislação e Ética no Serviço Público

16. Aduz o Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE (Resolução nº 783/2026) que a designação ou nomeação de servidores para funções essenciais à gestão de contratações, tais como agente de contratação, equipes de apoio, gestor e fiscal de contratos, fica condicionada à verificação prévia de integridade e de impedimentos legais. A verificação abrangerá, no mínimo:

- (A) Declaração prévia e individual do servidor, antes de integrar equipe de planejamento, comissão, subcomissão, equipe de apoio, pregoeira, gestão ou fiscalização contratual, quanto à inexistência de impedimento ou à existência de vínculos referidos; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (B) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física dos últimos cinco exercícios fiscais; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (C) Certidão de cruzamento de informações, com auxílio do Departamento de Gestão de Pessoas, da Central de Contratações e do Departamento de Administração, com cadastros de fornecedores e registros de contratações da Assembleia, a fim de identificar recorrência de relações com potenciais impactos na imparcialidade; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (D) Apresentação, pelo indicado, de declaração de inexistência de impedimentos administrativos, cíveis, eleitorais e penais, incluindo inexistência de condenação por ato de improbidade administrativa; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (E) Autorização da Comissão Permanente de Ética e Inquérito Administrativo e do Departamento de Gestão de Pessoas, quando houver indícios de conflito de interesses ou descumprimento de dever de declaração; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.

17. Ensina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que a garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento, define corretamente o conceito de:

- (A) Livre acesso.
- (B) Transparência.
- (C) Responsabilização.
- (D) Integridade.
- (E) Qualidade dos dados.

18. Nas lições da Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), o estágio probatório é o triênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público. Sobre o tema, assinala-se corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) O estágio probatório independe do processo seletivo, devendo ser obrigatoriamente supervisionado pela Comissão específica.
- (B) Durante o estágio probatório, os cursos de treinamento para aperfeiçoamento do servidor, promovidos pela Administração, serão de participação voluntária, sempre que forem realizados fora do horário regular de serviço.
- (C) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) A avaliação especial de desempenho do servidor será realizada ordinariamente, diante da ocorrência de algum fato dela motivador.
- (E) O servidor em estágio probatório fará jus à ascensão funcional.

19. Resolve a Resolução nº 751/2022 que são atribuições do primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, as corretamente enumeradas apenas em:

- (A) Convocar os suplentes de deputados nos casos de licença ou de vaga; fazer reiterar os pedidos de informações, na forma do Regimento; dentre outras.
- (B) Decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria-Geral; colaborar na execução do Regimento Interno; dentre outros.
- (C) Fazer a leitura da matéria constante da Ordem do Dia; organizar o livro de assentamento das discussões e votações das proposições em curso e, sobre elas, quando solicitado, prestar informações aos deputados; dentre outras.
- (D) Superintender os setores de Relações Públicas, Cerimonial e Transportes do Poder Legislativo; receber o deputado que venha prestar compromisso; dentre outras.
- (E) Dirigir a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública na área de segurança da Assembleia Legislativa; substituir o vice-presidente em seus impedimentos e suas ausências; dentre outras.

20. Aduz a Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da ALECE) que a gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, será atribuída por Ato da Mesa Diretora aos servidores em efetivo exercício dos cargos/funções em atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, nas unidades da estrutura organizacional do Poder Legislativo, conforme regulado em Ato Normativo. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) A gratificação por execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, integrará a base de contribuição previdenciária e será incorporada aos proventos da aposentadoria, desde que seja comprovado o efetivo exercício do servidor em atividades insalubres e/ou preclusas, por período de 5 (cinco) anos ininterruptos ou 10 (dez) anos intercalados, em caso de utilização das regras de transição para a aposentadoria.
- (B) A gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, corresponderá a 15% (quinze por cento), calculada sobre o vencimento base do servidor e será concedida a partir da publicação do Ato concessivo expedido pela Mesa Diretora, com efeitos financeiros a partir da data de protocolo do requerimento.
- (C) Somente poderão ser designados novos servidores para lotação em unidades da estrutura organizacional que possuam atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, mediante voluntariedade do servidor.
- (D) O valor da gratificação de que trata o Regimento dependerá do grau de complexidade das atribuições, conforme os níveis e padrões estabelecidos legalmente.
- (E) O servidor que percebe a gratificação de que trata o Regimento perderá o direito à sua percepção quando afastado das suas funções na unidade administrativa e/ou da atividade considerada insalubre ou preclusa, incluindo-se os casos de aposentadoria, férias e licença para tratamento de saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Durante processo de aperfeiçoamento institucional da Assembleia Legislativa, a unidade central de controle interno passou a participar de iniciativas institucionais destinadas ao aperfeiçoamento dos processos de direção, supervisão e acompanhamento da atuação administrativa, em interação com as áreas responsáveis pela gestão estratégica, pelo gerenciamento de riscos e pelo acompanhamento dos resultados institucionais. No desenvolvimento dessas atividades, buscou-se preservar a adequada distribuição de competências entre os órgãos de governança e de gestão. À luz dos referenciais contemporâneos aplicáveis ao setor público, a atuação institucional descrita caracteriza-se predominantemente como:

- (A) Atividade de supervisão hierárquica permanente voltada à coordenação operacional das unidades subordinadas.
- (B) Atividade de assessoramento voltada à avaliação da governança, dos controles internos e da gestão de riscos, preservando a responsabilidade decisória dos gestores.
- (C) Exercício de função executiva complementar destinada à implementação direta das estratégias institucionais.
- (D) Mecanismo de substituição administrativa voltada à revisão discricionária dos atos de gestão.
- (E) Atribuição de controle externo destinada à emissão de determinações vinculantes sobre políticas institucionais.

22. Ao revisar os procedimentos de gestão de riscos da Assembleia Legislativa, uma equipe de auditoria interna constatou que a instituição possuía mecanismos adequados de controle para diversos processos, porém inexistia definição formal do nível geral de risco que a organização estava disposta a aceitar na consecução de seus objetivos estratégicos, inexistindo diretrizes corporativas capazes de orientar, de forma integrada ao planejamento institucional, as decisões relacionadas à aceitação e ao tratamento dos riscos identificados. Considerando os componentes do COSO II (Enterprise Risk Management – ERM), a deficiência identificada compromete principalmente a adequada aplicação do componente relacionado:

- (A) À fixação do apetite a risco, elemento necessário para orientar a avaliação e o tratamento dos riscos organizacionais.
- (B) Às atividades de controle, por envolver a implementação de procedimentos preventivos e detectivos.
- (C) Ao monitoramento, por exigir acompanhamento permanente dos controles implantados.
- (D) À identificação de eventos, por depender da catalogação de ocorrências que possam afetar os objetivos institucionais.
- (E) À resposta aos riscos, por envolver a seleção das medidas destinadas a evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos identificados.

23. No decorrer de avaliação realizada pela unidade de controle interno, verificou-se que determinada ação governamental vinha sendo regularmente executada, possuía dotação consignada na Lei Orçamentária Anual e apresentava execução física e financeira compatível com o cronograma previsto. Entretanto, ao examinar os instrumentos de planejamento governamental, constatou-se que a iniciativa não integrava os programas e objetivos estratégicos definidos para o período correspondente. Sob a perspectiva do controle da gestão pública e da integração entre planejamento e orçamento, a situação descrita evidencia, principalmente:

- (A) Descumprimento dos requisitos de prestação de contas perante o controle externo.
- (B) Desconformidade entre a execução da despesa e o estágio da liquidação orçamentária.
- (C) Incompatibilidade entre a ação executada e as diretrizes fixadas na legislação de transparência pública.
- (D) Fragilidade na integração entre a programação orçamentária anual e a estrutura programática definida pelo planejamento governamental de médio prazo.
- (E) Insuficiência dos mecanismos de acompanhamento físico-financeiro destinados ao monitoramento da execução da ação orçamentária.

24. Ao elaborar o plano anual de auditoria, a unidade de auditoria interna da Assembleia Legislativa optou por concentrar seus trabalhos em processos que movimentavam volumes financeiros moderados, porém apresentavam histórico de falhas recorrentes, baixa maturidade de controles internos e elevada exposição a riscos operacionais. Sob a ótica da auditoria baseada em riscos, a decisão adotada demonstra que a priorização dos trabalhos considerou predominantemente:

- (A) A limitação do escopo da auditoria às áreas que possuam maior volume de recursos orçamentários.
- (B) A relevância do impacto potencial combinado com a probabilidade de ocorrência de eventos capazes de comprometer objetivos institucionais.
- (C) A obrigatoriedade de examinar todos os processos administrativos segundo critérios uniformes de materialidade financeira.
- (D) A necessidade de substituir as avaliações gerenciais realizadas pelas unidades auditadas.
- (E) A predominância do critério patrimonial em detrimento da análise dos controles internos existentes.

25. Durante o monitoramento de um programa de modernização tecnológica na Assembleia Legislativa, verificou-se que a implementação de um novo sistema reduziu em 35% os custos operacionais e diminuiu o tempo médio de tramitação de processos em 40%. Contudo, após dois exercícios, a avaliação de resultados demonstrou que os impactos esperados na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão e no aumento da satisfação dos usuários permaneceram substancialmente aquém das metas estratégicas definidas no PPA. Considerando os critérios de avaliação de desempenho governamental, a iniciativa apresentou melhoria relevante quanto à:

- (A) Legitimidade administrativa, em razão da observância dos princípios da administração pública.
- (B) Efetividade, sem evolução proporcional da eficiência administrativa.
- (C) Eficácia, ainda que os impactos produzidos tenham permanecido inferiores aos objetivos originalmente pretendidos.
- (D) Economicidade, sem que isso implique, por si só, o alcance satisfatório dos resultados institucionais pretendidos.
- (E) Governança, em razão da otimização dos recursos empregados nas atividades finalísticas.

26. Durante auditoria na Assembleia Legislativa, constatou-se que determinado crédito decorrente de ressarcimento por danos ao erário já possuía sujeito passivo identificado, fato gerador ocorrido, montante apurado e exigibilidade formalmente constituída por meio de ato administrativo. No entanto, o valor ainda não havia ingressado nos cofres públicos, encontrando-se em fase de cobrança administrativa. Considerando os estágios da receita pública previstos na Lei nº 4.320/1964 e no MCASP, essa situação corresponde à fase de:

- (A) Constituição do crédito, etapa anterior ao lançamento.
- (B) Previsão da receita, caracterizada pela estimativa constante da LOA.
- (C) Lançamento da receita, caracterizada pela formalização do crédito e sua exigibilidade.
- (D) Arrecadação da receita, caracterizada pela efetiva entrega dos recursos ao agente arrecadador.
- (E) Recolhimento da receita, caracterizado pela transferência para a conta única do Tesouro.

27. Durante fiscalização realizada pelo controle interno, constatou-se que determinado contrato administrativo possuía empenho regularmente emitido e saldo financeiro disponível. A administração recebeu a documentação comprobatória da execução, realizou a conferência quantitativa e qualitativa do objeto e reconheceu formalmente a obrigação, permanecendo pendente apenas a transferência financeira ao contratado. À luz da Lei nº 4.320/1964, o estágio alcançado pela despesa corresponde à:

- (A) Liquidação, em razão da verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios.
- (B) Arrecadação indireta, em razão da constituição da obrigação financeira.
- (C) Programação financeira, em razão da compatibilização entre disponibilidade de caixa e cronograma de desembolso.
- (D) Execução orçamentária, em razão do reconhecimento do passivo exigível perante o credor.
- (E) Pagamento, em razão da formalização administrativa do reconhecimento da obrigação.

28. Durante auditoria operacional realizada na Assembleia Legislativa, a equipe responsável identificou divergências relevantes entre informações extraídas dos sistemas corporativos e registros mantidos por unidade administrativa auditada. Parte dos documentos obtidos apresentava consistência interna, porém foi produzida pela própria unidade examinada, enquanto informações provenientes de fontes independentes indicavam resultados distintos. Diante desse cenário, os auditores discutiram a suficiência das evidências já obtidas e a necessidade de ampliação dos procedimentos previstos no programa de auditoria. À luz das normas aplicáveis à auditoria governamental, a conduta mais adequada consiste em reconhecer que:

- (A) A materialidade do objeto auditado dispensa a análise da qualidade das evidências quando já houver volume documental significativo.
- (B) A existência de documentação formalmente válida afasta a necessidade de obtenção de evidências complementares.
- (C) A quantidade de evidências obtidas prevalece sobre a confiabilidade das respectivas fontes de informação.
- (D) A divergência entre evidências provenientes de fontes distintas exige avaliação crítica de sua confiabilidade e, quando necessário, a execução de procedimentos adicionais.
- (E) Informações produzidas pela própria unidade auditada possuem presunção suficiente de veracidade para fundamentar conclusões de auditoria.

29. Após auditoria realizada sobre recursos transferidos mediante instrumento de cooperação institucional, a unidade de controle interno identificou inconsistências relevantes na comprovação da aplicação dos valores repassados. As diligências administrativas destinadas à obtenção da prestação de contas foram infrutíferas, e não houve ressarcimento espontâneo do possível dano identificado. Diante desse cenário, a unidade técnica propôs a adoção de procedimento específico destinado à apuração dos fatos, à quantificação do prejuízo e à identificação dos responsáveis, com posterior encaminhamento ao órgão de controle competente. A providência proposta corresponde à instauração de:

- (A) Tomada de contas especial destinada à apuração do dano e responsabilização dos agentes envolvidos.
- (B) Procedimento de monitoramento corretivo destinado ao aperfeiçoamento dos controles internos envolvidos.
- (C) Auditoria especial voltada à avaliação da economicidade dos recursos transferidos.
- (D) Processo administrativo disciplinar destinado à responsabilização funcional dos agentes envolvidos.
- (E) Inspeção extraordinária voltada à reconstituição documental da execução financeira.

30. Durante a implementação do Modelo das 3 Linhas na Assembleia Legislativa, constatou-se que uma mesma unidade organizacional acumulava atividades de orientação às áreas operacionais, acompanhamento da implementação de mecanismos de controle e execução de atividades de verificação sobre processos dos quais também participava institucionalmente. Diante da incompatibilidade entre essas funções, a alta administração determinou a redistribuição das atribuições para preservar a independência prevista no modelo. À luz do Modelo das 3 Linhas, a atividade que deve permanecer exclusivamente sob responsabilidade da auditoria interna (terceira linha) é:

- (A) Coordenar a implementação das respostas aos riscos identificados.
- (B) Fornecer avaliação independente e objetiva sobre a adequação e a efetividade da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.
- (C) Apoiar as unidades operacionais na implementação cotidiana dos controles internos.
- (D) Desenvolver metodologias corporativas de gestão de riscos e acompanhar sua aplicação.
- (E) Monitorar continuamente a observância das diretrizes de conformidade institucional.

31. Durante auditoria realizada no patrimônio da Assembleia Legislativa, verificou-se que diversos imóveis de uso institucional permaneciam registrados pelos valores históricos de aquisição há mais de uma década, apesar da ocorrência de alterações relevantes em suas condições econômicas e de utilização. Constatou-se ainda que tais registros continuavam sendo utilizados como referência para análises gerenciais e demonstrações contábeis destinadas aos usuários internos e externos da informação. À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual e dos objetivos da informação contábil aplicada ao setor público, a situação descrita compromete predominantemente:

- (A) A compreensibilidade das demonstrações contábeis, por dificultar a interpretação dos eventos patrimoniais pelos usuários da informação.
- (B) A representação fidedigna da situação patrimonial, em razão da utilização de valores que deixaram de refletir adequadamente a realidade econômica dos ativos registrados.
- (C) A verificabilidade das informações contábeis, por dificultar a confirmação independente da existência física dos bens registrados.
- (D) A comparabilidade das demonstrações, por impedir a confrontação dos registros patrimoniais com exercícios financeiros anteriores.
- (E) A tempestividade da informação contábil, por reduzir a velocidade de disponibilização dos demonstrativos aos usuários.

32. Ao longo da execução orçamentária, projeções atualizadas demonstraram que a arrecadação efetiva não seria suficiente para assegurar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Diante desse cenário, a unidade de controle interno passou a monitorar as providências adotadas pela administração para preservação do equilíbrio fiscal. À luz da disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000, a medida mais diretamente associada à situação descrita consiste na:

- (A) Revisão imediata dos anexos de metas fiscais da LDO como medida ordinária para restabelecimento do equilíbrio fiscal.
- (B) Suspensão automática de toda execução orçamentária até o restabelecimento do equilíbrio fiscal.
- (C) Revisão obrigatória do Plano Plurianual para compatibilização das metas governamentais.
- (D) Limitação de empenho e movimentação financeira segundo os critérios estabelecidos na legislação fiscal e na LDO.
- (E) Cancelamento das dotações destinadas às despesas de caráter continuado.

33. Em auditoria realizada sobre a gestão contratual de determinado órgão legislativo, a equipe identificou divergência relevante entre os procedimentos formalmente estabelecidos e as práticas efetivamente adotadas na execução contratual. Após aplicação dos testes previstos no programa de auditoria, foram reunidas evidências suficientes para demonstrar a ocorrência da situação, suas causas e seus possíveis impactos. Nesse contexto, o elemento que diferencia tecnicamente um achado de auditoria de uma simples constatação administrativa consiste na:

- (A) Formalização de recomendação destinada à correção da situação examinada.
- (B) Existência de manifestação prévia dos responsáveis acerca dos fatos examinados.
- (C) Elaboração de relatório circunstanciado submetido ao dirigente máximo da entidade.
- (D) Identificação de desconformidade documental associada à execução administrativa.
- (E) Demonstração estruturada da condição observada, do critério aplicável, das causas identificadas e dos efeitos decorrentes.

34. A Assembleia Legislativa implementou plataforma digital que permite ao cidadão acompanhar a execução de programas institucionais, consultar indicadores de desempenho, examinar informações sobre contratos e apresentar manifestações relacionadas à aplicação dos recursos públicos. A iniciativa foi concebida para ampliar a interação entre administração e sociedade, fortalecendo mecanismos de acompanhamento das ações governamentais. Sob a perspectiva da governança pública e do controle social, a principal contribuição institucional da medida descrita consiste em:

- (A) Fortalecimento da transparência pública e dos mecanismos de accountability social, ampliando o acompanhamento da gestão pelos cidadãos e reforçando o controle democrático da administração.
- (B) Ampliação da autonomia administrativa das unidades gestoras, com fortalecimento dos mecanismos internos de coordenação institucional.
- (C) Descentralização dos processos decisórios, com redistribuição das competências entre diferentes unidades organizacionais.
- (D) Flexibilização dos controles administrativos, com redução das etapas formais de acompanhamento da gestão.
- (E) Substituição dos mecanismos institucionais de fiscalização por formas colaborativas de acompanhamento social das políticas públicas.

35. Durante a implantação de metodologia corporativa de gestão de riscos, a controladoria identificou que determinado processo apresentava elevada exposição a eventos capazes de comprometer objetivos estratégicos da Assembleia Legislativa. Antes da adoção de respostas específicas, o risco foi registrado na matriz institucional com base na probabilidade e no impacto estimados. Posteriormente, após a implementação de controles preventivos, detectivos e corretivos, a equipe realizou nova avaliação para identificar o nível de risco que permaneceu no processo. Considerando os conceitos de gestão de riscos aplicados ao setor público, o nível de risco apurado após a implementação dos controles corresponde ao:

- (A) **Apetite a risco**, por expressar o nível de risco que a organização está disposta a aceitar na busca de seus objetivos.
- (B) **Risco operacional**, por decorrer da execução das atividades administrativas do processo.
- (C) **Risco estratégico**, por estar associado ao possível comprometimento dos objetivos institucionais.
- (D) **Risco residual**, por representar a exposição remanescente após a adoção das respostas e dos controles internos.
- (E) **Risco inerente**, por representar a exposição existente antes da adoção das respostas de tratamento.

36. Durante a execução orçamentária da Assembleia Legislativa, verificou-se que determinada ação governamental regularmente prevista na Lei Orçamentária Anual continuava necessária ao atendimento das finalidades institucionais originalmente estabelecidas. Entretanto, a dotação consignada revelou-se insuficiente para suportar a integralidade das despesas projetadas para o restante do exercício, sem que houvesse necessidade de criação de nova ação ou programa. Nessa situação, a providência orçamentária mais adequada consiste na abertura de:

- (A) **Descentralização de créditos**, destinada à ampliação da capacidade de execução da despesa.
- (B) **Crédito extraordinário**, destinado ao atendimento de despesas surgidas após a aprovação do orçamento.
- (C) **Crédito suplementar**, destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente.
- (D) **Crédito especial**, destinado à adequação da programação orçamentária vigente às necessidades supervenientes da administração.
- (E) **Remanejamento orçamentário**, destinado à ampliação de dotações insuficientes mediante redistribuição de recursos.

37. Durante auditoria realizada sobre contratos administrativos da Assembleia Legislativa, constatou-se que determinado ajuste vinha sendo regularmente executado, com medições aprovadas e pagamentos efetuados. No curso dos trabalhos, verificou-se que o objeto contratual sofreu sucessivas alterações quantitativas durante a execução, sem que fossem promovidas as providências formais necessárias à adequação do instrumento contratual. Sob a perspectiva do controle interno e da conformidade contratual, a principal irregularidade identificada decorre da:

- (A) Incompatibilidade entre a execução do objeto contratado e os registros administrativos que suportaram os pagamentos.
- (B) Incompatibilidade entre a programação financeira do contrato e os pagamentos realizados durante sua execução.
- (C) Deficiência nos mecanismos de avaliação do desempenho do contratado ao longo da execução contratual.
- (D) Insuficiência dos controles administrativos relacionados ao acompanhamento do objeto contratado.
- (E) Inobservância das exigências legais aplicáveis à formalização das modificações promovidas durante a execução contratual.

38. Com o objetivo de ampliar a transparência da gestão pública, a Assembleia Legislativa passou a divulgar periodicamente informações sobre despesas, contratos, convênios e indicadores institucionais em portal eletrônico de acesso público. Paralelamente, mantém estrutura destinada ao processamento de solicitações formuladas por cidadãos que desejam obter informações não disponibilizadas previamente. À luz dos mecanismos previstos na legislação de acesso à informação, é correto afirmar que:

- (A) A classificação entre transparência ativa e passiva depende da existência de obrigação legal específica para divulgação da informação.
- (B) Ambas as iniciativas constituem modalidades de transparência passiva, pois dependem da disponibilização de informações ao público.
- (C) A divulgação periódica das informações caracteriza transparência ativa, enquanto o atendimento às solicitações dos cidadãos caracteriza transparência passiva.
- (D) A distinção entre transparência ativa e passiva decorre da natureza da informação divulgada e não do modo pelo qual ela é disponibilizada.
- (E) O atendimento aos pedidos de acesso caracteriza transparência ativa, enquanto a divulgação espontânea de informações caracteriza transparência institucional.

39. Antes da assinatura de contrato administrativo, a unidade de controle interno analisou a minuta encaminhada pela área demandante e identificou cláusula capaz de comprometer a regularidade da futura execução contratual. A orientação técnica foi expedida antes da formação definitiva do vínculo jurídico, com o objetivo de evitar a prática de ato desconforme. Quanto ao momento de realização, a atuação da unidade de controle interno caracteriza:

- (A) Controle preventivo, por incidir antes da prática definitiva do ato administrativo.
- (B) Controle corretivo, por permitir a revisão posterior dos efeitos produzidos pelo contrato.
- (C) Controle concomitante, por acompanhar a execução material da avença administrativa.
- (D) Controle externo, por incidir sobre ato sujeito à fiscalização posterior do Tribunal de Contas.
- (E) Controle administrativo hierárquico, por substituir a decisão do gestor responsável pela contratação.

40. Durante o mapeamento de processo relacionado à gestão contratual, a controladoria identificou risco associado à possibilidade de pagamentos realizados sem a adequada comprovação da execução do objeto contratado. Em resposta, foi implantado procedimento obrigatório de conferência documental e validação técnica antes da liquidação da despesa. Nesse contexto, o procedimento implementado corresponde predominantemente a:

- (A) Controle interno destinado à mitigação do risco identificado.
- (B) Evento de risco relacionado à execução contratual.
- (C) Fator externo de mitigação decorrente do ambiente institucional.
- (D) Critério de materialidade utilizado para seleção de auditorias.
- (E) Indicador de desempenho associado à eficiência da gestão contratual.

41. Após a conclusão de auditoria interna sobre a gestão de contratos na Assembleia Legislativa, foram emitidas recomendações de alto impacto para o fortalecimento dos controles internos, com definição de prazos. Decorridos oito meses, a unidade de controle interno, no âmbito do seu planejamento anual de atividades, realizou avaliação específica para verificar não apenas o grau de implementação das medidas corretivas pactuadas, mas também a efetividade das ações adotadas na mitigação dos riscos originalmente identificados, registrando recomendações pendentes, parcialmente implementadas e aquelas que demandavam ajustes adicionais. À luz das boas práticas de auditoria governamental e do ciclo completo da atividade de auditoria interna, essa atuação corresponde predominantemente à fase de:

- (A) Revisão independente de qualidade da auditoria.
- (B) Planejamento da auditoria.
- (C) Execução dos testes substantivos.
- (D) Elaboração dos papéis de trabalho.
- (E) Monitoramento das recomendações emitidas (follow-up).

42. A unidade de controle interno foi consultada por gestor responsável pela execução de projeto estratégico que envolvia significativa utilização de recursos públicos. O gestor solicitou manifestação prévia acerca da conformidade dos procedimentos planejados, sem requerer aprovação formal das decisões administrativas futuras. Nesse contexto, a atuação da unidade de controle interno deve ser compreendida como:

- (A) Mecanismo de validação obrigatória das escolhas administrativas realizadas pela gestão.
- (B) Substituição da competência decisória atribuída ao gestor responsável pelo projeto.
- (C) Atividade consultiva voltada à orientação preventiva, preservando a responsabilidade decisória do gestor.
- (D) Exercício de controle externo preventivo sobre atos administrativos futuros.
- (E) Atividade de fiscalização destinada à responsabilização antecipada dos agentes envolvidos.

43. Durante avaliação conduzida pela controladoria da Assembleia Legislativa, verificou-se que determinado programa institucional passou a executar suas atividades com menor consumo de recursos financeiros e redução significativa do tempo médio de processamento dos procedimentos administrativos. Apesar disso, análises posteriores demonstraram que os benefícios institucionais que justificaram a criação do programa permaneceram abaixo dos níveis inicialmente esperados. Considerando os critérios clássicos de avaliação de desempenho utilizados no setor público, a situação descrita evidencia que houve melhoria predominante em indicador relacionado à:

- (A) Governança, em razão do aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento da execução das atividades.
- (B) Efetividade, em razão da manutenção dos resultados produzidos pelo programa em patamar compatível com os objetivos institucionais.
- (C) Eficácia, em razão da redução dos recursos consumidos para execução das atividades operacionais.
- (D) Eficiência, em razão da otimização dos recursos empregados sem demonstração correspondente de alcance dos resultados esperados.
- (E) Economicidade, em razão da ampliação dos impactos institucionais produzidos pelo programa.

44. No exame das contas de determinado órgão público, o Tribunal de Contas identificou falhas relevantes na gestão dos recursos públicos e expediu determinações para adoção de providências corretivas. Posteriormente, a unidade de controle interno passou a acompanhar o cumprimento das medidas exigidas. À luz do sistema constitucional de controle da administração pública, a atividade desempenhada pela unidade de controle interno relaciona-se diretamente:

- (A) À homologação dos atos de gestão posteriormente submetidos ao Tribunal de Contas.
- (B) À substituição das competências fiscalizatórias do Tribunal de Contas.
- (C) À revisão administrativa das decisões proferidas pelo controle externo.
- (D) À aplicação de sanções decorrentes do descumprimento das determinações expedidas.
- (E) Ao monitoramento da implementação das providências determinadas pelos órgãos de controle.

45. Durante a implementação de programa de integridade na Assembleia Legislativa, foram instituídos mecanismos destinados à prevenção de conflitos de interesses, ao gerenciamento de riscos de fraude, ao fortalecimento da transparência institucional e à responsabilização dos agentes envolvidos na tomada de decisões relevantes. O objetivo declarado da iniciativa consistia em ampliar a confiança da sociedade na atuação da instituição e fortalecer os mecanismos de controle da gestão pública. Nesse contexto, a iniciativa descrita relaciona-se predominantemente ao fortalecimento da:

- (A) Integridade institucional associada à accountability, à ética pública e à responsabilização dos agentes pela condução da gestão.
- (B) Cultura de conformidade institucional orientada ao cumprimento de normas, regulamentos e procedimentos internos.
- (C) Gestão de riscos organizacionais voltada à identificação e ao tratamento de eventos capazes de afetar objetivos institucionais.
- (D) Transparência administrativa direcionada à disponibilização de informações relevantes para o controle social.
- (E) Estrutura de controles internos destinada à prevenção e detecção de irregularidades nos processos organizacionais.

46. Durante análise realizada pela unidade de controle interno da Assembleia Legislativa, verificou-se que determinado gestor utilizava exclusivamente informações relacionadas à execução orçamentária para avaliar a situação financeira e patrimonial da instituição. Em reunião técnica, a controladoria alertou que determinadas variações patrimoniais relevantes não eram adequadamente captadas pelos demonstrativos focados apenas na execução do orçamento. Considerando as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, a demonstração mais adequada para evidenciar as alterações ocorridas na composição patrimonial durante determinado período é:

- (A) Relatório Resumido da Execução Orçamentária, por consolidar os principais indicadores fiscais do ente público.
- (B) Balanço Financeiro, por demonstrar ingressos e dispêndios financeiros ocorridos no exercício.
- (C) Balanço Orçamentário, por evidenciar a execução da receita e da despesa previstas no orçamento.
- (D) Demonstração dos Fluxos de Caixa, por evidenciar as movimentações financeiras segregadas por atividades.
- (E) Demonstração das Variações Patrimoniais, por evidenciar alterações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio.

47. Ao encerramento do exercício financeiro, a unidade responsável pela execução orçamentária identificou despesas regularmente empenhadas e liquidadas, cuja obrigação já havia sido reconhecida pela administração, embora os respectivos pagamentos permanecessem pendentes em razão da programação financeira disponível. À luz das normas aplicáveis à contabilidade pública, tais despesas devem ser classificadas como:

- (A) Restos a pagar processados, por corresponderem a despesas liquidadas e ainda não pagas.
- (B) Despesas de exercícios anteriores, por não terem sido quitadas dentro do exercício correspondente.
- (C) Obrigações contingentes, em razão da dependência de disponibilidade financeira para sua liquidação.
- (D) Restos a pagar não processados, por permanecerem pendentes de desembolso financeiro.
- (E) Passivos financeiros decorrentes de obrigações extraorçamentárias.

48. Com o objetivo de ampliar a eficiência administrativa e facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, a Assembleia Legislativa passou a disponibilizar diversos procedimentos em ambiente digital, permitindo solicitações, acompanhamento de demandas e acesso a informações institucionais por meio eletrônico. À luz da Lei nº 14.129/2021, essa iniciativa está alinhada principalmente ao princípio da:

- (A) Substituição integral dos meios presenciais de atendimento por plataformas digitais.
- (B) Centralização administrativa das decisões relacionadas à prestação dos serviços públicos.
- (C) Supremacia tecnológica da administração sobre os interesses dos usuários.
- (D) Limitação do acesso aos canais digitais aos procedimentos de natureza interna.
- (E) Simplificação da relação entre administração pública e usuário dos serviços públicos.

49. Durante procedimento de controle, verificou-se que determinado gestor havia delegado a execução operacional de diversos atos administrativos relacionados à aplicação de recursos públicos. Posteriormente, surgiram inconsistências relevantes na documentação apresentada para fins de prestação de contas. Considerando o regime jurídico de responsabilização dos agentes públicos e os mecanismos de controle da administração pública, é correto afirmar que:

- (A) A responsabilização pela aplicação dos recursos depende exclusivamente da comprovação de enriquecimento ilícito do agente público.
- (B) A delegação da execução administrativa transfere integralmente a responsabilidade pela prestação de contas ao agente executor.
- (C) A responsabilidade pela prestação de contas restringe-se aos agentes que tenham praticado diretamente os atos materiais de execução.
- (D) A delegação regularmente formalizada elimina a responsabilidade do gestor originariamente competente pela supervisão dos recursos.
- (E) O dever de prestar contas permanece associado às atribuições de gestão e à responsabilidade pelos recursos administrados, independentemente da delegação operacional.

50. Durante avaliação dos controles internos relacionados à execução contratual da Assembleia Legislativa, a controladoria identificou diferentes mecanismos destinados à mitigação dos riscos do processo. Entre eles, observou-se a existência de análise prévia da documentação necessária à contratação, conciliações periódicas destinadas à identificação de inconsistências e procedimentos adotados após a ocorrência de falhas para restabelecimento da regularidade das operações. Considerando a classificação dos controles internos quanto à sua finalidade, é correto afirmar que os mecanismos descritos correspondem, respectivamente, a:

- (A) Controles preventivos, detectivos e corretivos.
- (B) Controles corretivos, preventivos e detectivos.
- (C) Controles detectivos, corretivos e preventivos.
- (D) Controles preventivos, corretivos e detectivos.
- (E) Controles detectivos, preventivos e corretivos.

51. Durante avaliação dos controles internos da Assembleia Legislativa, a auditoria constatou que a instituição possuía procedimentos formalizados, sistemas informatizados adequados e mecanismos periódicos de monitoramento. Apesar disso, verificou-se recorrente afastamento dos padrões institucionais estabelecidos, sem adoção de medidas corretivas proporcionais pelos níveis superiores da administração, além da repetição de práticas incompatíveis com os valores e diretrizes organizacionais. À luz do COSO III, a deficiência identificada compromete predominantemente:

- (A) O monitoramento dos controles, por afetar as avaliações periódicas realizadas pela administração.
- (B) O ambiente de controle, por comprometer a cultura organizacional que sustenta a integridade, a responsabilização e o funcionamento do sistema de controle interno.
- (C) As atividades de controle, por afetar a execução dos procedimentos adotados pela administração.
- (D) O processo de avaliação de riscos, por comprometer a identificação de eventos relevantes.
- (E) A qualidade da informação e da comunicação, por prejudicar os fluxos institucionais de reporte.

52. Durante auditoria operacional em programa institucional da Assembleia Legislativa, a equipe verificou que os objetivos previstos foram alcançados e os produtos foram entregues conforme planejado. Entretanto, os custos incorridos foram significativamente superiores aos padrões de mercado e aos de órgãos semelhantes, sem justificativa técnica ou econômica plausível. Sob a ótica da auditoria operacional, o principal aspecto a ser criticado refere-se à:

- (A) Transparência institucional quanto aos custos do programa.
- (B) Economicidade da gestão dos recursos públicos.
- (C) Eficiência operacional da execução do programa.
- (D) Legitimidade administrativa dos atos praticados.
- (E) Conformidade jurídica da despesa.

53. Durante trabalho de revisão dos processos relacionados à gestão contratual da Assembleia Legislativa, a controladoria identificou que diferentes unidades executavam atividades semelhantes utilizando procedimentos distintos, critérios não padronizados e mecanismos de controle parcialmente sobrepostos. Embora não tenham sido constatadas irregularidades relevantes, verificaram-se aumento do tempo médio de tramitação, retrabalho frequente e dificuldade de identificação dos responsáveis por determinadas etapas do fluxo processual. Considerando os objetivos da gestão por processos e do mapeamento organizacional, a medida que melhor responde ao cenário descrito consiste em:

- (A) Priorizar a automatização das etapas operacionais independentemente da análise prévia da estrutura do processo existente.
- (B) Ampliar os mecanismos de supervisão hierárquica para reforçar o controle das atividades executadas pelas unidades envolvidas.
- (C) Revisar e modelar o processo de forma integrada, identificando fluxos, responsabilidades, pontos de controle e oportunidades de racionalização das atividades.
- (D) Concentrar a execução das etapas críticas em unidade especializada responsável pela validação de todas as decisões do processo.
- (E) Substituir os controles administrativos existentes por procedimentos de auditoria periódica voltados à identificação de falhas operacionais.

54. Em auditoria realizada sobre contratos administrativos, verificou-se que o mesmo agente público participava da elaboração do termo de referência, da fiscalização da execução contratual e da certificação necessária para autorização dos pagamentos ao contratado. Embora não tenham sido identificados prejuízos financeiros, a situação foi objeto de ressalva pelos órgãos de controle. A principal preocupação associada ao cenário descrito decorre da:

- (A) Concentração de atribuições incompatíveis, com potencial comprometimento da segregação de funções e dos controles internos.
- (B) Incompatibilidade entre o planejamento da contratação e a execução do objeto contratado.
- (C) Ausência de previsão orçamentária para suportar a execução financeira do contrato.
- (D) Deficiência na formalização dos atos administrativos praticados ao longo da contratação.
- (E) Limitação da competitividade do procedimento licitatório correspondente.

55. Durante avaliação periódica do sistema de governança da Assembleia Legislativa, verificou-se que determinadas fragilidades apontadas em auditorias anteriores continuavam gerando ocorrências semelhantes em diferentes unidades administrativas. Em resposta, a alta administração instituiu procedimento formal para identificação das causas dos problemas, definição dos responsáveis pelo tratamento dos riscos, estabelecimento de medidas de resposta e acompanhamento dos resultados alcançados. Considerando os princípios contemporâneos de governança pública, a principal finalidade dessa iniciativa é:

- (A) Assegurar que a ocorrência de falhas seja eliminada mediante a adoção dos mecanismos formais de controle estabelecidos pela administração.
- (B) Concentrar na unidade de auditoria interna a responsabilidade pela gestão e pelo tratamento dos riscos organizacionais.
- (C) Transferir aos órgãos de controle a atribuição de definir e executar as medidas necessárias à mitigação dos riscos identificados.
- (D) Restringir a atuação dos gestores à execução das medidas previamente aprovadas pelos órgãos de fiscalização e controle.
- (E) Fortalecer a capacidade da organização de tratar riscos, promover responsabilização pelos resultados e aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos institucionais.

56. Em auditoria operacional realizada em programa de capacitação de servidores da Assembleia Legislativa, a equipe verificou que os objetivos estratégicos foram integralmente alcançados e os impactos institucionais pretendidos foram superados. Entretanto, o custo por servidor capacitado foi 52% superior ao de programas semelhantes executados por outros órgãos legislativos, sem justificativa técnica ou qualitativa que compensasse a diferença. Diante desse cenário, a conclusão mais adequada da auditoria operacional é que o programa apresentou:

- (A) Legitimidade administrativa, independentemente dos custos incorridos.
- (B) Efetividade satisfatória, embora os recursos empregados tenham sido insuficientes para assegurar economicidade.
- (C) Eficiência e economicidade favoráveis, sem evidências suficientes de eficácia.
- (D) Eficácia e efetividade adequadas, ainda que a economicidade tenha sido prejudicada.
- (E) Governança satisfatória, em razão do cumprimento das metas estratégicas.

57. Ao mapear processo relacionado à tramitação de proposições legislativas, a unidade de controle interno verificou que determinadas atividades eram repetidas por diferentes setores, reproduzindo verificações já realizadas em etapas anteriores e aumentando o tempo de processamento, sem melhoria perceptível na qualidade das entregas. Após análise técnica, recomendou-se a simplificação do fluxo de trabalho, preservando os controles necessários à mitigação dos riscos identificados. A recomendação formulada está mais diretamente associada ao princípio de:

- (A) Especialização funcional, por aumentar o número de etapas destinadas à validação dos procedimentos executados.
- (B) Segregação funcional, por exigir distribuição das atividades entre diferentes unidades organizacionais.
- (C) Conformidade regulatória, por assegurar aderência integral aos normativos internos.
- (D) Racionalização de processos, por promover simplificação do fluxo de trabalho mediante eliminação de etapas desnecessárias, com preservação dos controles essenciais.
- (E) Descentralização administrativa, por ampliar a autonomia das unidades responsáveis pela execução das atividades.

58. Após a apresentação do plano de providências decorrente de auditoria interna sobre controles patrimoniais, a unidade de auditoria realizou, após quatro meses, nova avaliação para verificar o estágio de implementação das ações assumidas pelos gestores, registrando o percentual de cumprimento e as justificativas para eventuais atrasos. Essa atividade corresponde predominantemente à etapa de:

- (A) Avaliação de materialidade dos achados.
- (B) Planejamento da auditoria.
- (C) Monitoramento das recomendações emitidas.
- (D) Identificação preliminar dos riscos institucionais.
- (E) Definição dos critérios de auditoria.

59. Durante análise de instrumento de cooperação celebrado pela Assembleia Legislativa, a controladoria constatou que os recursos haviam sido regularmente transferidos, porém inexistiam evidências suficientes para demonstrar a efetiva execução de parte significativa das atividades pactuadas. Os relatórios apresentados continham informações genéricas e não permitiam aferir o alcance dos resultados previstos. Nesse contexto, a principal fragilidade identificada relaciona-se à:

- (A) Inexistência de previsão orçamentária para a formalização do instrumento de cooperação.
- (B) Ausência de mecanismo adequado de prestação de contas capaz de demonstrar a aplicação dos recursos e o cumprimento do objeto pactuado.
- (C) Insuficiência dos critérios utilizados para estimativa do valor global da parceria.
- (D) Incompatibilidade entre os instrumentos de planejamento governamental e os objetivos da cooperação celebrada.
- (E) Inadequação dos procedimentos de descentralização financeira utilizados para a transferência dos recursos.

60. A controladoria da Assembleia Legislativa desenvolveu painel gerencial destinado ao acompanhamento da execução orçamentária, financeira e administrativa da instituição. Durante a fase de validação, verificou-se que determinados indicadores apresentavam dados atualizados e facilmente acessíveis, porém não possuíam relação relevante com os objetivos estratégicos que deveriam monitorar. Sob a perspectiva da gestão por resultados e da produção de informações estratégicas, a principal deficiência observada refere-se à:

- (A) Economicidade dos procedimentos adotados para consolidação das informações gerenciais.
- (B) Tempestividade das informações utilizadas para acompanhamento da gestão institucional.
- (C) Confiabilidade das bases de dados utilizadas para geração dos indicadores gerenciais.
- (D) Rastreabilidade dos registros empregados na construção dos indicadores estratégicos.
- (E) Alinhamento dos indicadores utilizados com os objetivos estratégicos da organização.

61. Durante avaliação realizada pela unidade de controle interno, verificou-se que a Assembleia Legislativa disponibilizava amplo conjunto de informações em seu portal institucional, atendendo aos requisitos mínimos de divulgação. Entretanto, auditoria constatou que a forma de organização e disponibilização dos dados dificultava análises comparativas, interoperabilidade com outras bases públicas de dados e utilização por diferentes perfis de usuários interessados no acompanhamento da gestão pública. Considerando os princípios contemporâneos da transparência pública, a principal deficiência identificada relaciona-se à:

- (A) Insuficiência dos mecanismos de controle social destinados ao acompanhamento presencial da execução das políticas públicas.
- (B) Insuficiência dos mecanismos de divulgação ativa das informações obrigatórias previstos na legislação de acesso à informação.
- (C) Limitação da transparência quanto à qualidade, interoperabilidade e reutilização das informações disponibilizadas.
- (D) Deficiência na publicidade dos atos administrativos sujeitos à divulgação oficial obrigatória.
- (E) Inadequação dos procedimentos de validação das informações antes de sua publicação em ambiente eletrônico.

62. Durante auditoria realizada sobre processos administrativos eletrônicos da Assembleia Legislativa, verificou-se que determinadas alterações promovidas em registros relacionados à execução orçamentária e financeira não permitiam a identificação precisa do responsável pela modificação, da data em que ocorreu a alteração nem da justificativa utilizada para sua realização. Embora não tenham sido constatados indícios de fraude ou prejuízo ao erário, a auditoria apontou relevante fragilidade de controle. Considerando os princípios e as boas práticas de controle interno, a principal preocupação associada ao cenário descrito decorre do comprometimento da:

- (A) Descentralização administrativa, em razão da limitação da autonomia operacional das unidades responsáveis pela execução das atividades.
- (B) Economicidade dos procedimentos administrativos, em razão da ampliação dos custos necessários à manutenção dos registros institucionais.
- (C) Segregação de funções, em razão da inexistência de distribuição adequada das responsabilidades entre os agentes envolvidos no processo.
- (D) Tempestividade das informações gerenciais, em razão da dificuldade de atualização dos registros mantidos nos sistemas corporativos.
- (E) Rastreabilidade das operações administrativas, em razão da impossibilidade de reconstrução adequada do histórico das alterações realizadas nos registros institucionais.

63. A controladoria elaborou relatório gerencial contendo grande volume de dados financeiros, operacionais e patrimoniais. Apesar da precisão das informações, os gestores relataram dificuldades para utilizar o documento como instrumento de apoio à tomada de decisão estratégica. Considerando as boas práticas de gestão pública, a principal causa dessa limitação pode estar relacionada à:

- (A) Incompatibilidade entre o relatório produzido e os instrumentos de planejamento plurianual.
- (B) Ausência de correlação entre as informações produzidas e as necessidades decisórias dos usuários.
- (C) Insuficiência dos mecanismos de controle preventivo existentes na organização.
- (D) Deficiência dos procedimentos de prestação de contas junto aos órgãos de controle externo.
- (E) Inexistência de matriz de riscos associada aos processos organizacionais.

64. Durante inventário patrimonial, identificou-se divergência relevante entre os registros existentes no sistema de controle de bens e os bens efetivamente localizados nas unidades administrativas da Assembleia Legislativa. A auditoria concluiu que os procedimentos de movimentação patrimonial não estavam sendo adequadamente registrados. Sob a perspectiva do controle interno, a principal consequência dessa deficiência consiste no comprometimento da:

- (A) Avaliação da efetividade das políticas públicas executadas pelo Poder Legislativo.
- (B) Execução das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Rastreabilidade das movimentações patrimoniais e da confiabilidade das informações de controle.
- (D) Observância dos limites constitucionais aplicáveis às despesas públicas.
- (E) Compatibilidade entre os programas governamentais e a lei orçamentária anual.

65. Durante o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e administrativa da Assembleia Legislativa, a controladoria consolidou informações provenientes de auditorias, indicadores de desempenho, monitoramentos e análises de riscos, identificando padrões recorrentes e tendências relevantes para os processos institucionais. Os resultados desse trabalho foram encaminhados à alta administração para subsidiar a atuação institucional no âmbito de suas competências. Considerando as atribuições do controle interno e as boas práticas de governança pública, a finalidade predominante da atuação descrita consiste em:

- (A) Transferir à unidade de controle interno a responsabilidade pela execução das ações corretivas recomendadas aos gestores.
- (B) Subsidiar a tomada de decisões mediante geração de informações estratégicas destinadas ao aprimoramento da governança e da gestão institucional.
- (C) Substituir os mecanismos formais de controle externo por instrumentos internos de acompanhamento da gestão.
- (D) Concentrar a responsabilidade pela tomada de decisão estratégica na unidade de controle interno.
- (E) Restringir a atuação dos gestores operacionais mediante a centralização das informações institucionais.

66. Antes da implementação de novo procedimento relacionado à execução orçamentária e financeira da Assembleia Legislativa, determinada unidade gestora submeteu à controladoria proposta contendo fluxos operacionais, definição de responsabilidades e mecanismos de controle a serem adotados. Após exame técnico, foram apresentadas manifestações acerca dos riscos envolvidos e das alternativas disponíveis para o aperfeiçoamento do procedimento, permanecendo a decisão sobre sua implementação sob responsabilidade da unidade gestora. À luz das boas práticas de controle interno e das atribuições institucionais da controladoria, a atuação descrita caracteriza predominantemente:

- (A) Monitoramento de recomendações decorrentes de auditorias anteriormente concluídas pela unidade de controle interno.
- (B) Atividade de correição administrativa voltada à apuração de responsabilidades funcionais decorrentes de irregularidades já consumadas.
- (C) Auditoria operacional destinada à avaliação independente dos resultados produzidos por programa governamental em execução.
- (D) Consultoria institucional destinada ao assessoramento técnico da gestão mediante avaliação prévia de riscos e proposição de medidas de aprimoramento dos processos.
- (E) Fiscalização corretiva orientada à revisão de atos administrativos praticados pelos gestores responsáveis pela unidade.

67. Após identificar risco relevante relacionado à execução contratual, a administração da Assembleia Legislativa promoveu alterações na forma de execução da atividade, redefiniu procedimentos administrativos e revisou os mecanismos de governança aplicáveis ao processo, em conformidade com a política institucional de gestão de riscos. À luz das boas práticas de gestão de riscos, a estratégia adotada caracteriza predominantemente:

- (A) Materialização do risco, por reconhecer a ocorrência efetiva do evento adverso.
- (B) Aceitação do risco, por reconhecer a impossibilidade de eliminação integral da exposição.
- (C) Mitigação do risco, por buscar reduzir sua probabilidade ou impacto mediante controles e respostas apropriadas.
- (D) Compartilhamento do risco, por transferir parte da responsabilidade a terceiros.
- (E) Evasão do risco, por eliminar completamente a atividade que lhe deu origem.

68. Durante exame de contrato administrativo, a controladoria constatou que os pagamentos estavam sendo realizados regularmente, porém inexistiam evidências suficientes da efetiva verificação do cumprimento das obrigações contratuais antes da liquidação da despesa. Nesse cenário, a principal fragilidade identificada compromete:

- (A) A compatibilidade do contrato com os instrumentos de planejamento governamental.
- (B) A estimativa inicial dos custos da contratação.
- (C) A fiscalização da execução contratual e a comprovação da entrega do objeto contratado.
- (D) A formalização do instrumento contratual.
- (E) A fase de planejamento da contratação.

69. Após a implementação de novo modelo de governança, a Assembleia Legislativa passou a exigir que gestores apresentassem justificativas formais para decisões estratégicas relevantes, demonstrassem os resultados obtidos e prestassem esclarecimentos periódicos aos órgãos de controle e à sociedade. O conjunto de práticas descrito evidencia predominantemente o fortalecimento da:

- (A) Governabilidade relacionada à obtenção de apoio político para implementação de decisões institucionais.
- (B) Descentralização administrativa voltada à ampliação da autonomia operacional.
- (C) Especialização funcional destinada à segregação das atividades organizacionais.
- (D) Accountability associada ao dever de prestar contas, justificar decisões e assumir responsabilidades pela gestão.
- (E) Desconcentração administrativa destinada à redistribuição de competências internas.

70. Ao consolidar informações provenientes de auditorias, monitoramentos, análises de riscos e avaliações de desempenho institucional, a controladoria identificou padrões recorrentes de comportamento em processos administrativos e elaborou análises destinadas a subsidiar a atuação da administração na condução de seus processos decisórios. A utilização integrada dessas informações atende principalmente à finalidade de:

- (A) Restringir a autonomia das unidades gestoras na condução de seus processos administrativos.
- (B) Aprimorar a capacidade institucional de tomada de decisão mediante utilização integrada de informações estratégicas produzidas pelo controle interno.
- (C) Substituir mecanismos formais de responsabilização por instrumentos informacionais de controle.
- (D) Eliminar a necessidade de auditorias futuras mediante utilização contínua de dados institucionais.
- (E) Transferir aos órgãos de controle externo a condução da gestão dos riscos organizacionais.

QUESTÕES DISCURSIVAS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto de cada questão deverá conter a extensão máxima de **20 (vinte)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para a avaliação da questão discursiva.
- As questões discursivas poderão abordar quaisquer conteúdos constantes do programa de conhecimentos específicos dispostos no Anexo II do Edital.

Questão 1

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) prevê que as Comissões permanentes devem requerer à Comissão de Fiscalização e Controle a apuração de fatos ou atos, inclusive omissivos, passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial por parte da ALECE.

Sob a ótica da Constituição do Estado do Ceará e do Regimento Interno, discorra a respeito da fundamentação normativa, composição e finalidade da Comissão de Fiscalização e Controle da ALECE.

Questão 2

Em pronunciamento feito em sessão extraordinária convocada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), um deputado estadual afirmou ter recebido denúncia anônima de que Marcos e Caio, analistas legislativos, estariam praticando atos de improbidade administrativa. Segundo o que foi apurado pelo deputado estadual, Marcos teria percebido ilegalmente a quantia de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para intermediar a liberação de verbas públicas para políticos do interior do Estado. Já Caio, ciente de tudo por atuar no setor de liberação de verbas públicas, apenas influenciou, sem auferir qualquer vantagem econômica, para a aplicação irregular de tais verbas, concorrendo para que Marcos se enriquecesse ilícitamente.

Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e considerando que há provas irrefutáveis de que Marcos e Caio agiram dolosamente na prática dos atos de improbidade em questão, responda:

- a) Marcos e Caio devem ser indiciados pela mesma hipótese legal definidora do ato típico de improbidade administrativa? Justifique.
- b) Quais as penas que a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) prevê, em tese, para a conduta de Marcos e para a conduta de Caio?
- c) A partir de quando podem ser executadas as sanções aplicadas a Marcos e Caio em sede de ação judicial por improbidade administrativa?

RASCUNHO - QUESTÃO 1

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO - QUESTÃO 2

1	
5	
10	
15	
20	

